



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLAUDIA  
PESSOA  
SOUTO  
MAIOR  
18/10/2023 14:54

**CONTRATO TRT6 n.º 40/2023**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO PARA O EDIFÍCIO SEDE E ANEXOS I E II DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO, E POSTERIOR APROVAÇÃO DO PROJETO JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE PERNAMBUCO (CBM-PE), CONFORME O CÓDIGO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (COSCIP) E RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (CSAT) DO CBM-PE.**

A **UNIÃO**, por intermédio, do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 02.566.224/0001-90, com sede no Cais do Apolo, n.º 739, no Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-902, neste ato representado pela Exma. Desembargadora Presidente, Sra. **NISE PEDROSO LINS DE SOUSA**, brasileira, casada, magistrada, inscrita no CPF/MF n.º 253.763.654-68 e portadora do RG n.º 1.666.723 SSP-PE, residente e domiciliada em Recife/PE, e a empresa **RRIOS ENGENHARIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 49.253.746/0001-04, estabelecida à Av. Santo Antônio, 326, Ed. Vitória Multi Center, 4º andar, sala 404, Bairro Capuchinhos, Feira de Santana-BA, CEP 44076-050, tel.: (75)99230.9718, e-mail: deborarios@rriosengenharia.com, neste ato representada por **DEBORA RIBEIRO RIOS**, portador(a) da Carteira de Identidade n.º 15.300.534-39 SSP/BA, e do CPF/MF n.º 051.481.555-82, residente e domiciliada em Feira de Santana-BA, doravante denominados **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, têm, por mútuo consenso, por intermédio do presente instrumento, contratado definitivamente o que a seguir declaram:

**DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato fundamenta-se:

- I- No **Pregão Eletrônico n.º 18/2023**, na Lei n.º 10.520/2002, nos Decretos n.ºs 10.024/2019, 8.538/2015 e 9.507/2018, na IN 05/2017 SEGES/MP e Res. 310/2021 - CSJT (Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho), e na Lei Complementar n.º 123/2006;
- II- Nos termos propostos pela **CONTRATADA** que, simultaneamente:
  - a) constem no **Proad n.º 10.213/2023**;
  - b) não contrariem o interesse público;
- III - Nas demais determinações da Lei n.º 8.666/1993;
- IV - Nos preceitos de Direito Público; e,
- V - Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O presente contrato administrativo tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico para o edifício sede e anexos I e II do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e posterior aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBM-PE), conforme o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado de Pernambuco (COSCIP) e resoluções do Conselho Superior de Atividades Técnicas (CSAT) do CBM-PE, em consonância com o Anexo I (plantas baixas) do Termo de Referência e com a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de sua transcrição.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O projeto constante do *caput*, no que se refere ao prédio sede e anexo I do TRT6, compreende o pavimento térreo, sobreloja, pavimentos 01 a 06, com área de 10.596,66 m<sup>2</sup>; e, no que tange ao anexo II, compreende um pavimento térreo e um pavimento superior, com área de 874,13 m<sup>2</sup>, conforme plantas baixas constantes do Anexo I do Termo de Referência.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Os serviços serão executados sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

#### DO PREÇO

**CLÁUSULA QUARTA** - O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$24.000,00** (vinte e quatro mil reais), conforme tabela a seguir:

Item	Especificação	Valor Total
1	Elaboração de projeto de prevenção, segurança e combate a incêndio e pânico para os edifícios sede e anexos I e II do TRT6, abrangendo todos os serviços necessários à adequação às normas vigentes e obtenção do alvará do Corpo de Bombeiros de Pernambuco.	R\$24.000,00

#### DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

**CLÁUSULA QUINTA** - Os pagamentos referentes à contratação serão efetuados em 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota fiscal pela Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, devidamente atestada pelo gestor do contrato, sem ressalvas, por meio de ordem bancária em nome da **CONTRATADA**, conforme dados bancários por ela indicados ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A ordem bancária terá sua compensação em até 02 (dois) dias úteis, consoante normas do Tesouro Nacional.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os pagamentos, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que a **CONTRATADA** efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O gestor do contrato atestará a nota fiscal em até 5 (cinco) dias úteis, com ou sem ressalvas, a contar do seu recebimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de a nota fiscal ser atestada com ressalva de que, durante a entrega ou execução dos serviços de instalação, ocorreu fato passível de aplicação de penalidade contratual, o **CONTRATANTE** terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, após a ciência do fato, para decidir sobre o pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No ato do pagamento, serão retidos na fonte os tributos federais e municipais de acordo com a legislação vigente, ficando os documentos comprobatórios das retenções à disposição do interessado na Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM= Encargos moratórios;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP= Valor da parcela a ser paga;

I= Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$        $I = (6/100)/365$        $I = 0,0001644$

TX= Percentual da taxa anual = 6%.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência, se for o caso.

**PARÁGRAFO OITAVO** - No preço pago pelo **CONTRATANTE** estão incluídas todas as despesas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, seguro, frete e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação, as quais correrão por conta da **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO NONO** - O **CONTRATANTE** poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

#### DO REAJUSTE

**CLÁUSULA SEXTA** - O valor do presente contrato é irrevogável.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O presente instrumento terá vigência de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes mediante celebração de Termo Aditivo, por períodos iguais e sucessivos até o limite do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

## DO PRAZO DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA OITAVA** – A execução dos serviços iniciará em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e observará o seguinte cronograma:

Marcos temporais (em dias úteis):	Prazos máximos	Evento	Responsável
D1	-	Assinatura do contrato entre o <b>CONTRATANTE</b> e a empresa vencedora da licitação	<b>CONTRATANTE e CONTRATADA</b>
D2	D1 + 5	Início da prestação do serviço	<b>CONTRATADA</b>
D3	D2 + 30	Confecção do projeto e envio para Unidade Gestora.	<b>CONTRATADA</b>
D4	D3 + 5	Análise pela Unidade Gestora.	<b>CONTRATANTE</b>
D5	D4 + 30	Aprovação do Projeto junto ao Corpo de Bombeiros de PE	<b>CONTRATADA</b>

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os prazos de execução acima referidos poderão ser prorrogados, excepcionalmente, desde que a **CONTRATADA** fundamente o pedido e este seja aceito pelo **CONTRATANTE**.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA NONA** – Os recursos necessários à execução deste contrato correrão por conta do Elemento de Despesa n.º 3390.39.05 (Serviços Técnicos Profissionais), Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0026 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – no Estado de Pernambuco), Plano Orçamentário 0000 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Despesas Diversas), do orçamento do **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para cobertura das despesas relativas ao presente contrato foi emitida a nota de empenho n.º 2023NE000844, datada de 29/09/2023, no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

## DAS OBRIGAÇÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Obriga-se a **CONTRATADA** a:

**I** - executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta;

**II** - reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**III** - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração, em sua integralidade, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;

**IV** - vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**V** – quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**VI** - promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**VII** - submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

**VIII** - manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**IX** - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**X** - assegurar ao **CONTRATANTE**, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 25/05/2017:

a) o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao **CONTRATANTE** distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do **CONTRATANTE**, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**XXII** - realizar o cadastro no sistema SIGEO-JT, alimentando-o com as informações necessárias e utilizando-o como meio exclusivo de encaminhamento dos documentos fiscais, relativos à presente contratação, para apreciação pelos gestores, através dos endereços eletrônicos <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/> (orientações de utilização) e <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0> (acesso de usuários externos).

**XXIII** - obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança de dados pessoais, constantes da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

**XXIV** - aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais – PPPDP, do **CONTRATANTE**, instituída pelo ATO TRT6-GP n.º 242/2021, disponível no portal do TRT6, cumprindo os deveres legais e contratuais incluídos pela referida política;

**XXV** - responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Obriga-se o **CONTRATANTE** a:

**I** - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**II** - exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**III** - notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**IV** - pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

**V** - efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**VI** - fornecer por escrito informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

**VII** - realizar avaliação de conformidade da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

**VIII** - obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança de dados pessoais, constantes da Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), observando a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais – PPPDP, instituída pelo ATO TRT6-GP n.º 242/2021.

## DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do **CONTRATANTE**, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O representante do **CONTRATANTE** deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O representante do **CONTRATANTE** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA** ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Em hipótese alguma, será admitido que a própria **CONTRATADA** materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**PARÁGRAFO OITAVO** – A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

**I** - solicitar à **CONTRATADA** o protocolo de requerimento junto ao Corpo de Bombeiros de PE;

**II** - solicitar à **CONTRATADA** as taxas de responsabilidade do **CONTRATANTE**;

**III** - solicitar à **CONTRATADA**, respeitado o cronograma da cláusula oitava, a qualquer momento, o Projeto do Plano de Combate a Incêndio e Pânico, para averiguação de conformidade.

**PARÁGRAFO NONO** – As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.

## DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – O recebimento e a aceitação do objeto serão realizados em conformidade com os seguintes termos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, da seguinte forma:

**I** - no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a **CONTRATADA** deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**I** - o **CONTRATANTE** realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;

**II** – a **CONTRATADA** fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última

e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

**III** - o recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da **CONTRATADA**, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**I** - realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

**II** - emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**PARÁGRAFO OITAVO** - O recebimento, provisório ou definitivo, do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**PARÁGRAFO NONO** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **DAS PENALIDADES**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A CONTRATADA** será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

**I** – cometer fraude fiscal;

**II** – apresentar documento falso;

**III** – fazer declaração falsa;

**IV** – comportar-se de modo inidôneo;

**V** – não executar total ou parcialmente o objeto do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para os fins do inciso IV, sujeita-se às penalidades descritas nesta cláusula a **CONTRATADA** que demonstre não possuir idoneidade em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Quando se tratar de atraso na execução do contrato aplicar-se-á multa de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até a efetiva entrega do bem e/ou a execução do serviço contratado, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também a multa prevista no caput desta Cláusula, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação de qualquer penalidade à **CONTRATADA** será sempre precedida da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Estima-se para efeito de aplicação de multas, o valor global do contrato, à época da infração cometida.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado o comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças do **CONTRATANTE**, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a **CONTRATADA** ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do §1º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 com a sua correspondência na nova legislação em vigor.

#### DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Considerando que esta contratação visa apenas a elaboração do projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, com posterior aprovação no Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, não estando incluído no escopo a execução de qualquer tipo de obra, neste momento, não há diretriz de contratação sustentável a ser seguida.

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Constituem, ainda, motivos para rescisão contratual os casos previstos nos artigos 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste contrato.

#### DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do resumo do presente contrato no DOU - Diário Oficial da União.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei nº. 8.666/93 e noutras disposições legais, realizar por escrito, através de Termo Aditivo, as alterações contratuais que lhe forem convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - Fica eleito o foro da Justiça Federal na cidade do Recife, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir qualquer litígio oriundo do presente instrumento contratual, que não puderam ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

E, por estarem justos e acordados em relação ao que foi pactuado, firmou-se o presente termo, o qual é assinado eletrônica/digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

NISE PEDROSO LINS DE SOUSA:00000012  
Assinado de forma digital por NISE PEDROSO LINS DE SOUSA:00000012  
Dados: 2023.10.10 16:37:30 -03'00'

**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente  
gov.br DEBORA RIBEIRO RIOS  
Data: 10/10/2023 10:34:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CONTRATADA**

**VISTO**

Vinicius Sobreira  
Assinado de forma digital por VINICIUS SOBREIRA BRAZ DA SILVA:00003286  
Dados: 2023.10.10 12:15:13 -03'00'

**VINÍCIUS SOBREIRA BRAZ DA SILVA**  
Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC/TRT6

Rômulo Araujo de Almeida Filho  
Assinado de forma digital por ROMULO ARAUJO DE ALMEIDA FILHO:00002453  
Dados: 2023.10.10 11:28:17 -03'00'

**RÔMULO ARAÚJO DE ALMEIDA FILHO**  
Chefe da Divisão de Contratos - DCON/CLC/TRT6